



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

SECRETARIA DE JUSTIÇA
058



Apelação Criminal nº: 149685-3
Comarca: Jaboatão dos Guararapes
Vara: 2ª Vara Criminal
Apelante: Valdir Anjos da Silva
Apelado: Ministério Público de Pernambuco
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. NULIDADE PROCESSUAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. PREJUÍZO NÃO COMPROVADO. PRINCÍPIO DA PAS DES NULLITÉS SANS GRIEF. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. PALAVRA DA VÍTIMA. PREVALÊNCIA. PROVAS INQUISITORIAIS QUE CORROBORAM. CONDENAÇÃO MANTIDA. SANÇÃO EXACERBADA. REDUÇÃO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

- Vigê no Processo Penal o princípio *Pás Des Nullités Sans Grief*, pelo qual para a declaração das nulidades relativas, quem as alega deve comprovar o efetivo prejuízo.
- Nos crimes sexuais, a palavra da vítima tem prevalência sobre a do acusado, especialmente quando em harmonia com as demais provas colhidas. Súmula 82 desta Corte.
- Ainda que as provas inquisitoriais não sejam ratificadas em sua integralidade em juízo, podem servir à comprovação da autoria e materialidade delitivas quando robustas e coerentes e, especialmente, quando sequer alegada e demonstrada a invalidade na sua produção.
- À aplicação da pena-base acima do mínimo legal, faz-se necessário que as circunstâncias judiciais autorizem e que o aumento seja proporcional ao resultado dessa análise. Em havendo exacerbação, a pena deve ser reduzida.
- Apelo parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº149685-3, figurando como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada dia 12.01.2010, à unanimidade,

Praça da República, s/n – bairro de Santo Antonio – Recife – PE – CEP 50.010-040. Fone/fax 3419-3352



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



em dar parcial provimento ao apelo, nos termos da ata de julgamento, relatório, voto e demais peças que passam a integrar o presente julgado.

059

Recife, 25 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



060

Apelação Criminal nº: 149685-3
Comarca: Jaboatão dos Guararapes
Vara: 2ª Vara Criminal
Apelante: Valdir Anjos da Silva
Apelado: Ministério Público de Pernambuco
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por Valdir Anjos da Silva contra sentença do Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes que o condenou à pena de 11 anos de reclusão pelo cometimento de atentado violento ao pudor.

Nas razões de fls. 116/123, a defesa pugna, de início, pela nulidade do processo, por cerceamento de defesa e, no mérito, pela absolvição do Apelante sustentando que os depoimentos das testemunhas foram contraditórios e, portanto, insuficientes a ensejar a condenação.

Contra-razões do Ministério Público às fls. 126/129, requerendo a manutenção da sentença condenatória em sua integralidade.

No parecer de fls. 139/142, a Procuradora de Justiça, Dra. Gerusa Torres de Lima, opina pelo provimento do apelo.

Eis o importante a relatar.

À douta revisão.

Recife, 16 de setembro de 2009.

Des. Fausto Campos

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



061

Apelação Criminal nº: 149685-3
Comarca: Jaboatão dos Guararapes
Vara: 2ª Vara Criminal
Apelante: Valdir Anjos da Silva
Apelado: Ministério Público de Pernambuco
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins

VOTO DE PRELIMINAR

Antes de adentrar ao mérito, cumpre-nos analisar a preliminar do cerceamento de defesa argüida pelo Apelante.

Aduz o causídico que houve cerceamento ao direito de defesa do Apelante uma vez que as testemunhas arroladas pela defesa não foram ouvidas.

No processo penal, as nulidades só devem ser declaradas quando comprovado o manifesto prejuízo para quem as alega, como já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 121, §2º, II, C/C ART. 14, II, NA FORMA DO ART. 73, §1º PARTE, TODOS DO CP. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ADIAMENTO DO JULGAMENTO. DISPENSA DE TESTEMUNHAS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE Não se verificam as nulidade processuais alegadas pelo impetrante - que teriam sido causadas pelo indeferimento do pedido de adiamento do julgamento e pela dispensa de testemunhas - se não houve a demonstração do efetivo prejuízo sofrido pelo paciente, como exige o art. 563 do CPP (pas de nullité sans grief).

Ordem denegada. (HC 61.432/RJ, Rel. Ministra Laurita Vaz, Rel. p/ Acórdão Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 14/10/2008, DJe 02/02/2009)

No caso presente, a defesa além de não demonstrar a lesão com a não inquirição das testemunhas por ela arroladas, teve a oportunidade de pugnar pela oitiva nas alegações finais. Omitindo-se, não sendo a nulidade absoluta, preclui o direito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



062

Assim, permanecendo inerte a defesa, é tardia a manifestação apenas na fase recursal, pelo que **rejeito a preliminar argüida.**

É como voto.

Recife, 12 de março de 2009.

Des. Fausto Campos

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



Apelação Criminal nº: 149685-3
Comarca: Jaboatão dos Guararapes
Vara: 2ª Vara Criminal
Apelante: Valdir Anjos da Silva
Apelado: Ministério Público de Pernambuco
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins

063

VOTO DE MÉRITO

Conforme relatado, cuida-se de Apelação Criminal interposta por Valdir Anjos da Silva, inconformado com a sentença que o condenou pelo cometimento de atentado violento ao pudor contra sua enteada.

Narra a denúncia que, por vários anos, desde 1999, o Apelante pratica atos libidinosos diversos da conjunção carnal contra a sua enteada, Natália de Lima, à época com apenas 11 anos de idade.

Alega a defesa que a condenação não encontra respaldo nas provas colhidas, vez que em juízo as informantes negam o cometimento do delito pelo Apelante, retificando os depoimentos prestados no inquérito.

Infelizmente, no decorrer do processo, a vítima faleceu antes de ser ouvida em juízo (Certidão de Óbito a fl. 69), instaurando-se, a princípio, dúvida sobre a autoria delitiva.

É que as informantes, em juízo, retificam as declarações anteriormente prestadas. Todavia, isso não implica na absolvição do Apelante, vez que as demais provas dos autos comprovam sua autoria delitiva. Vejamos.

A vítima foi ouvida na fase inquisitorial, afirmando que o padrasto:

"a procurava durante a noite, quando todos já estavam dormindo, ou em outras oportunidades, quando sua genitora não se encontrava em casa por ter saído para trabalhar; que Valdir ia até o seu quarto, onde dormia com as irmãs Valdicley e Valdilene e com o irmão Valdir, algumas vezes lhe acordava ou ela declarante despertava e ficava esfregando o seu pênis ereto em sua genitália ou em suas nádegas até ejacular, que outras vezes Valdir ficava se masturbando enquanto lhe alisava o corpo, que por várias vezes Valdir tentou introduzir o pênis na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



064

vagina dela declarante, não o conseguindo por que era impedida por ela declarante que o ficava empurrando; que quando a declarante era criança, não sabendo precisar a época, **Valdir costumava coloca-la no colo e, de pênis ereto, ficava se esfregando nela e lhe alisando o corpo...** que só quando a declarante completou onze anos de idade Valdir passou se despir e ficar por sobre ela" (fl.08)

Corroborando a notícia criminis, a mãe da vítima, Edilene confirma que:

"que há cerca de três anos Natália contou para a declarante que o padrasto ficava alisando as pernas dela durante a noite, enquanto ela declarante estava dormindo; que, quando foi avisada naquela época sobre o procedimento do companheiro, a declarante tratou de conversar com ele para confirmar as acusações feitas pela filha, e naquela oportunidade Valdir confessou que tinha alisado a enteada e prometia que não mais voltaria a fazê-lo; (...) **que ela declarante chegou a presenciar Valdir despido ao lado da cama de Natália, enquanto ela dormia,** e, quando lhe foi perguntado o que fazia naquele local, o mesmo disse não estar fazendo nada, (...) que Natália nunca lhe contou nada acerca de ameaças proferidas por Valdir; que nem ela nem declarante nem seus filhos chegaram a ser agredidos fisicamente por Valdir".

A genitora ratifica sua declaração no Departamento de Apoio Técnico, da Diretoria Executiva de Polícia da Criança e do Adolescente (fls. 21/23):

"Edilene Maria relata que Natália, pela manhã, no outro dia se queixava que Valdir mexia com ela. Edilene assim, falava com Valdir e, este, respondia que não feria mais. Às vezes, justificava que abusava sexualmente de Natália porque bebia" e continuou a dizer que "Valdilene – irmã da vítima, que dormia com ela no mesmo quarto-, falou que o pai ficava próximo da cama de Natália alisando a irmã".

Valdilene, irmã da vítima, aparentando certo receio em acusar o pai, não diz à autoridade policial que viu o Apelante abusando sexualmente de Natália, mas diz que "tomou conhecimento, através de sua mãe, de que Valdir, durante à noite, quando todos estavam dormindo, ia para cama de Natália e "ficava mexendo nela", que acredita que seu pai tenha abusado de Natália e acha que ela não contava porque tinha medo"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



065

No departamento de apoio técnico, Valdilene demonstrou novamente certa resistência para comentar sobre os fatos, porém, em certo momento, ela relatou que **"o pai ficava ao lado da cama de Natália, ... que isso ocorreu por umas duas vezes. Lembra que ficava com medo quando o pai chegava no quarto"**.

O denunciado, quando ouvido na fase policial, confessa a prática delitiva, descrevendo os fatos em detalhes:

"quando sua enteada Natália contava com a idade de nove anos, ele interrogado passou a querer usa-la sexualmente, e chegava a coloca-la em seu colo e, de pênis ereto, ficava se esfregando nela enquanto dizia que quando ela crescesse iria alisar os seios dela; que quando Natália completou onze anos de idade, ele interrogado também se dirigia em outras ocasiões para o quarto de sua enteada, onde depois de tirar sua roupa e a roupa dela, deitava-se por cima dela e ficava esfregando o pênis na genitália ou nas nádegas dela até ejacula (...) que sempre que sua companheira o questionava a respeito das reclamações feitas por Natalia, ele declarante se desculpava e prometia não mais repetir o fato".

Em juízo, porém, as informantes modificaram os depoimentos anteriormente descritos:

"que não presenciou os fatos narrados na denúncia; que não se recorda de ter dito ao delegado que sua mãe havia lhe contado que o acusado teria "mexido em Natália", que Natália não disse nada para a declarante sobre os fatos narrados na denúncia; que Natália em certa época foi morar com uma senhora conhecida por Vilma, que não sabe dizer porque Natália foi morar com a referida mulher" (Valdilene, fl. 75)

*" e nunca viu -o acusado- assediando sexualmente qualquer de seus filhos,; que os fatos foram inventados pelo seu filho Rafael, o qual está preso no Aníbal Bruno; que Rafael tem raiva do acusado porque ele reclamava com a sua pessoa; (...) que a vítima contou para a declarante que o acusado teria alisado suas pernas, durante a noite, enquanto ela estava deitada para dormir; **que a declarante reclamou com o acusado e ele parou de fazer isso com Natália**" (Edilene, fl. 76)"*

O denunciado também negou a autoria delitiva perante a autoridade judicial:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



066

"que nunca praticou atos libidinosos diversos da conjunção carnal contra a vítima; que a vítima sempre tratou o interrogando como pai, que mora com a mãe da vítima há 17 anos, que está sendo acusado injustamente de ser o autor dos fatos narrados na denúncia; que o interrogando acha que a idéia de processá-lo foi de Orlando que se juntou com a vítima para prejudicar ele interrogando"

A defesa procura inverter a imputação ao Apelante, afirmando que a acusação tratou-se de um conluio entre a vítima e o seu irmão Orlando, que, por ser traficante, foi expulso de casa, fato que iniciou discórdia entre o Orlando e o padrasto, pretendendo aquele, com a prisão de seu padrasto, retornar para casa.

Em ataque à confissão inquisitorial, aduz o recorrente "que não houve qualquer tipo de confissão durante o inquérito Policial, repleto de pressão psicológica". No entanto, tal argumento é insuficiente para a invalidação dos termos prestados, vez que, para haver nulidade o Apelante deveria comprovar ter sofrido violência ou ameaça pelos policiais para assinar os termos prestados. Assim, a simples alegação de pressão psicológica não invalida a confissão colhida na polícia.

Também não pode alegar que não sabia do conteúdo do texto, pois, como informou ao magistrado a quo, é alfabetizado.

Como dito, a vítima faleceu antes de ser ouvida em juízo, mas as declarações prestadas anteriormente encontram apóio nos depoimentos de sua genitora e da sua irmã, quando ambas afirmam, não só para o delegado, como também à funcionária da Diretoria Executiva de Polícia da Criança e do Adolescente, na entrevista colhida em separado, que o Apelante ficava próximo à cama da vítima, alisando-a.

Ainda que se pretenda demonstrar alguma espécie de conluio entre a vítima e o seu irmão Orlando que estariam inventando os fatos, é de se estranhar como todas as pessoas da família envolvidas com a vítima narram os mesmos fatos, em harmonia, não só para o delegado, como também perante a técnica responsável pelo encaminhamento da vítima e que nenhum interesse teria em prejudicar um inocente e dificilmente faria pressão psicológica para que as informantes relatassem coisas que não tivessem ocorrido.

Ademais, a genitora da vítima, embora negue, em juízo, as afirmações anteriormente prestadas, chega a dizer que reclamou com o denunciado e este parou de mexer com a vítima. Se ela reclamou com o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



067

Apelante, não há como negar que ele tem envolvimento com o crime em comento.

Frise-se, ainda, que a vítima saiu de casa para ir morar com uma vizinha chamada Vilma, fato que suscita mais um questionamento: porque uma adolescente deixaria a sua casa, sua família, para ir morar com uma vizinha, se o padrasto a tratava como uma filha? A desestruturação familiar é a justificativa para tanto, porque, como ela mesma disse, após os abusos do padrasto, sua genitora se limitava a reclamar, pedindo que não mais o fizesse, sem encontrar o apoio necessário diante de um acontecimento com consequências tão graves.

Além disso, é sabido que nos crimes sexuais a palavra da vítima tem prevalência sobre a do acusado, vez que na maioria das vezes são cometidos na clandestinidade, especialmente quando o fato por ela narrado encontra esteio nas provas dos autos.

Este é, inclusive, o entendimento desta Corte: "*Nos crimes contra a liberdade sexual a palavra da vítima é de relevante valor probatório*" (súmula 82).

Nessa linha, também se manifestam os tribunais pátrios:

(...) 2. De outra parte, entende esta Corte Superior que, **nos crimes contra a liberdade sexual, a palavra da vítima é importante elemento de convicção, na medida em que esses crimes são cometidos, freqüentemente, em lugares ermos, sem testemunhas e, por muitas vezes, não deixando quaisquer vestígios.**

(HC 87.819/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 20/05/2008, DJe 30/06/2008) (grifo atual)

1. Em se tratando de delito contra os costumes, a palavra da ofendida ganha especial relevo. Aliada aos exames periciais, ilide o argumento da negativa de autoria. (...) (STF, RHC 79788, Relator(a): Min. Nelson Jobim, Segunda Turma, julgado em 02/05/2000) (grifo atual)

A vítima destes autos relatou como o padrasto a molestava, não sendo aceitável que, com sua morte, tente-se expungir o seu depoimento que, corroborado com as declarações das informantes, é de se concluir verossímil.

Dessa forma, não tendo sido provada a nulidade no colhimento das provas inquisitoriais, apresentando-se estas robustas e coerentes, não há

RECEBUEI EM 20/05/2008 ÀS 14:00 HORAS DO DIA 20/05/2008

Praça da República, s/n - bairro de Santo Antonio - Recife - PE - CEP 50.010-040 - Fone/fax: 3419-3352



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



068

como negar a sua utilização para a comprovação da autoria delitiva, pelo que não acolho o pedido de absolvição da defesa.

Contudo, verifico que incorreu em erro o douto magistrado a quo quanto a dosimetria. É que, além de ter majorado a pena-base bem acima do mínimo legal, sem que as circunstâncias judiciais permitam tamanho aumento, considerando a continuidade delitiva, aumentou em dois anos a pena, sem que estivessem configurados os requisitos do art. 71 do CP.

Inobstante a defesa não tenha pleiteado a redução da pena, o recurso apelatório devolve a matéria ao Tribunal revisor em sua amplitude, pelo que passo a dosar a reprimenda imposta.

Nos termos do art. 59 do Código Penal, o Apelante não possui antecedentes criminais, é primário, não demonstra má conduta social, apresenta, contudo, personalidade voltada ao crime, vez que reiterava a mesma conduta repulsiva, os motivos não justificam a prática criminosa, nem a vítima favorecia o cometimento, as conseqüências são graves, pelo que fixo a pena-base em 6(seis) anos e 6(seis) meses de reclusão.

Presente a agravante do art. 61, II, f do CP, aumento em 6 (seis) meses a pena.

Como a confissão do Apelante no inquérito teve importância para o convencimento da autoria delitiva, mesmo com a retratação em juízo, entendo deva ser aplicada a atenuante da confissão. Nessa linha, as seguintes ementas do STF e STJ:

(...)3. Aplica-se a atenuante da confissão espontânea (art. 65, Inciso III, alínea d, do Código Penal) quando a confissão extrajudicial efetivamente serviu para alicerçar a sentença condenatória, ainda que tenha havido retratação em juízo. Precedentes. (...)

(HC 91.510/MS, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 02/09/2008, DJe 29/09/2008)

(...)1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que deve ser aplicada a atenuante da confissão espontânea realizada perante a autoridade policial, ainda que retratada em Juízo, desde que essa confissão tenha, em conjunto com outros meios de prova, embasado a condenação. (...) (HC 106.634/MS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 03/02/2009, DJe 09/03/2009)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



069

Reconheço, pois, a atenuante da confissão espontânea, pelo que minoro em 6(seis) meses a pena.

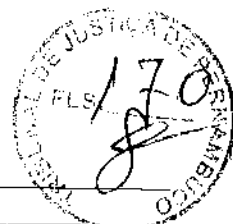
À míngua de outras causas modificadoras da pena, resta a pena definida em 6 (seis) anos e 6(seis) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semi-aberto.

Ante o exposto, **dou parcial provimento à Apelação** para, mantendo a condenação, reduzir a pena para 6(seis) anos e 6(seis) meses de reclusão.

É como voto.

Recife, 12 de outubro de 2009.

Des. Fausto Campos
Relator



Apelação Criminal n.º 0149685-3 – 2ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes

Apelante(s): Valdir dos Anjos da Silva
Apelado(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Fausto de Castro Campos
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

070

VOTO DE REVISÃO

PRELIMINAR DE NULIDADE DO FEITO

Senhores Desembargadores,
Senhor Procurador de Justiça:

Alega o apelante, preliminarmente, a nulidade do feito face à ausência de intimação das testemunhas da defesa, prejudicando a ampla defesa assegurada no art. 5º, LV, da Constituição Federal.

Ocorre, que a não intimação das testemunhas arroladas pela defesa, constitui nulidade relativa, que somente será declarada se argüida pela parte, na primeira oportunidade e, desde que demonstrado o prejuízo.

No caso em comento, a parte não argüiu a nulidade oportunamente, visto que na fase prevista no art. 499 do Código de Processo Penal (fl. 98), bem como em sede de alegações finais, nada alegou a cerca da referida nulidade.

Outrossim, como bem ressaltado pela d. Procuradora de Justiça, não foi demonstrado nenhum prejuízo, prevendo o artigo 566, do Código de Processo Penal, que não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

Corroborando com o exposto, traz-se à colação o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

PENAL E PROCESSUAL. MOEDA FALSA. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. NULIDADES. ARGÜIÇÃO A DESTEMPO. PRECLUSÃO. PREJUÍZO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

Não se decreta a nulidade de nenhum ato processual, se dele não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa e, bem assim, se não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa (arts. 563 e 566, do CPP).

Compete à parte demonstrar, comprovadamente, o prejuízo que alega. Nulidades sanáveis, não argüidas no tempo próprio, são acobertadas pela preclusão (arts. 571 e 572, do CPP). Ordem denegada. (HC 29.485/RS, Rel. Min. Paulo Medina, 6ª Turma, j. 03/06/2004, DJ 21/06/2004 p. 259)

Assim, voto no sentido da rejeição da preliminar de nulidade.

Recife, 12 de Janeiro de 2009. (2010)

Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley – Av. Martins de Barros, 591, 3.º andar, Santo Antônio, Recife, PE – CEP 50.010-230 – Fone: 0**81-3419.3662 – FAX 0**81-3419.3629

rmnb- PC 04



Apelação Criminal n.º 0149685-3 – 2ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes

071

Apelante(s): Valdir dos Anjos da Silva
Apelado(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Fausto de Castro Campos
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

MÉRITO

Senhores Desembargadores,
Senhor Procurador de Justiça:

Vencida a preliminar argüida, passo ao exame das questões de mérito.

No mérito, cuida-se de recurso de apelação contra sentença que condenou Valdir dos Anjos da Silva ao cumprimento da pena de 11 (onze) anos de reclusão pela prática do crime previsto no art. 214, c/c art. 224, alínea "a", e art. 71, todos do Código Penal.

O apelante requer sua absolvição, sob a alegação de que a sentença colide com as provas dos autos, não sendo o depoimento prestado pela vítima no inquérito policial confirmado em juízo pelas demais pessoas ouvidas. Afirma, ainda, que não confessou o crime no inquérito policial, e que o depoimento de Orlando Erasmo de Lima Neto não merece credibilidade.

Analisando com acuidade a prova acostada aos autos, bem como a sentença condenatória ora atacada, verifica-se que a principal prova levada em consideração pelo magistrado para estribar o r. *decisum*, foram os depoimentos da vítima e de algumas testemunhas, obtidas em fase administrativa e que não foram ratificadas em juízo.

Pois bem, como se vê, o apelante foi condenado com base na declaração da vítima, que apesar de ter grande valor probatório em crimes de natureza sexual, foi tomada unicamente em fase administrativa e, que não foi ratificada em juízo, mesmo porque antes de ser interrogada havia falecido.

As demais testemunhas, quando ouvidas na fase judicial, consoante se observa nos depoimentos prestados por Valdilene Anjos de Lima (fls. 75/76), Edilene Maria Lima (fls. 76/77), Valdiclene Anjos de Lima (fls. 95/96), afirmam não terem conhecimento acerca da prática do suposto crime.

Desse modo não existe prova incólume, no bojo do acervo probatório, de que o apelante tenha de fato cometido o crime de atentado violento ao pudor.

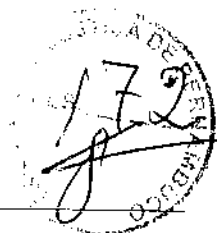
Sabe-se que na seara penal, somente a prova inconteste e incontroversa está apta a ensejar um decreto condenatório, sendo ainda, imprescindível, que seja produzida em juízo, sob o manto do contraditório e da ampla defesa.

A prova colhida em fase policial somente terá o condão de alicerçar uma sentença condenatória quando vier corroborada por outros elementos de convicção produzidos em fase judicial.

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley – Av. Martins de Barros, 593, 4º andar, Santo Antônio, Recife, PE – CEP 50.010-230 – Fone: 0**81-3419.3662 – FAX 0**81-3419.3629

rmnb- PC 04

44



Assim, entendo que as declarações extrajudiciais não podem alicerçar um édito condenatório, isso porque tais declarações não foram ratificadas em juízo, de modo que, após minucioso exame das provas produzidas, a participação do apelante no crime em apuração, ao meu entender, não restou sobejamente comprovada nos autos.

É pacífico o entendimento de que uma condenação somente pode prevalecer quando alicerçada em provas firmes, seguras e desprovidas de quaisquer dúvidas, sob pena de se impor a absolvição com supedâneo no princípio do *in dubio pro reo*.

In casu, além de existirem poucos indícios de que o apelante tenha concorrido para a infração cuja autoria estão a lhe atribuir, tais indícios não se transformaram ao longo da instrução em prova segura e inconteste para dar a certeza autorizativa de um decreto condenatório.

Outrossim, o *onus probandi* da existência do fato criminoso cabe ao Ministério Público, vez que, sendo o ofertante da peça acusatória, cabe-lhe provar a verossimilhança e procedência de suas afirmações e, não arcando com seu ônus, face à ausência de prova incriminatória, a absolvição torna-se medida inafastável.

Desse modo, apesar dos esforços da acusação, não vejo outra decisão a ser dada, que não seja a reforma do r. *decisum* de primeiro grau, para absolver o apelante em razão de não existir prova suficiente para a condenação.

Corroborando com o exposto, traz-se à colação o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

RESP - FURTO QUALIFICADO - REUS ABSOLVIDOS - PROVA POLICIAL NÃO CONFIRMADA EM JUÍZO - ACUSAÇÃO QUE TEM COMO SUFICIENTE AS OBTIDAS EM INQUÉRITO POLICIAL, DESDE QUE NÃO CONTRARIADAS NA FASE JUDICIAL - DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA EM SENTIDO INVERSO.

1. Para que seja respeitado, integralmente, o princípio do contraditório, a prova obtida na fase policial terá, para ser aceita, de ser confirmada em juízo, sob pena de sua desconsideração. Tal significa que, acaso não ratificada na fase judicial, a solução será absolver-se o acusado, precedentes. (...) (REsp 93.464/GO, Rel. Min. Anselmo Santiago, 6ª Turma, j. 28/05/1998).

Ante o exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso, para absolver o acusado Valdir Anjos da Silva, nos termos do inciso VII, do art. 386, do Diploma Processual Penal.

É como voto.

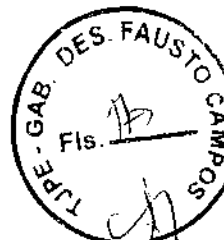
Recife, 12 de fevereiro de 2009.

Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor

71



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



073

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL – 12.01.2010
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 149685-3
COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES
APELANTE : VALDIR ANJOS DA SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS
REVISOR : DESEMBARGADOR ROBERTO LINS

O RELATÓRIO ENCONTRA-SE ÀS FLS. 154 DOS AUTOS.

PRELIMINAR

O VOTO DO RELATOR ENCONTRA-SE ÀS FLS. 161/162 E O VOTO DO REVISOR ÀS FLS. 170 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE E REVISOR)

Então, Desembargador Romero, a conclusão é convergente na preliminar, o Relator e o Revisor rejeitam-na.

DESEMBARGADOR ROMERO ANDRADE

De acordo com a Turma.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE SUSCITADA PELO RECORRENTE."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



071

MÉRITO

O VOTO DO RELATOR ENCONTRA-SE ÀS FLS. 163/169 E O VOTO DO REVISOR ÀS FLS. 171/172 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (PRESIDENTE E REVISOR)

C Relator dá provimento parcial apenas para reduzir o patamar da condenação da pena aplicada, enquanto que no meu voto, considerando as provas, não as entendi suficiente e decidi por absolver o acusado.

DESEMBARGADOR ROMERO ANDRADE

O eminente Desembargador Relator Fausto, ele reduziu de quanto para quanto?

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Eu reduzi, eminente Desembargador Romero Andrade, a pena para 06 (seis) anos e (seis) meses. A pena tinha sido 11 (onze) anos.

DESEMBARGADOR ROMERO ANDRADE

Então reduziu de onze para seis?

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

Foi.

DESEMBARGADOR ROMERO ANDRADE

O crime é de natureza sexual?

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (RELATOR)

É e Sua Excelência o Revisor absolveu. Eu reduzi.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



075

DESEMBARGADOR ROMERO ANDRADE

Eu peço vênia ao eminente Desembargador Revisor para, desta vez, acompanhar o eminente Relator Desembargador Fausto de Castro Campos.

DECISÃO

"NO MÉRITO, POR MAIORIA, CONTRA O VOTO DO DESEMBARGADOR REVISOR QUE DAVA PROVIMENTO À APELAÇÃO PARA ABSOLVER O APELANTE, DECIDIU-SE POR DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO EXCLUSIVAMENTE PARA REDUZIR A PENA APLICADA PARA 06 (SEIS) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO, MANTIDA NO MAIS, TODOS OS TERMOS DA SENTENÇA RECORRIDA."
